

Posição “inabalável”

por Washington Castilhos

Na sociedade contemporânea a autonomia das pessoas se ampliou e a Igreja Católica tem perdido um número significativo de fiéis nos últimos anos. Contudo, nada sugere que o Vaticano venha alterar suas posições ultraconservadoras em relação ao casamento, à orientação sexual, ao uso de preservativos e à Aids. Essas posições têm sido explicitadas em documentos oficiais – como Cartas aos Bispos ou Encíclicas dirigidas aos fiéis em todo o mundo – ou nos contextos de negociações diplomáticas globais. “O campo dos direitos humanos tem sido afetado, em grande medida, pelas negociações comerciais. Democracias que buscam avançar na garantia de direitos sociais e no desenvolvimento humano de suas populações enfrentam a poderosa aliança conservadora entre o governo de George W. Bush, o Vaticano e os países islâmicos”, observa Magaly Pazello, colaboradora da rede Alternativas de Desenvolvimento com as Mulheres para uma Nova Era (Dawn, na sigla em inglês). (Fonte: artigo “Interesses comerciais, políticos e religiosos no caminho dos direitos humanos”, Observatório da Cidadania, 2004).

Isso ocorreu, por exemplo, em 2004, quando o Brasil iria reapresentar, na Comissão de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU), a resolução sobre direitos humanos e orientação sexual. Em 2003, quando a resolução foi inicialmente proposta, o texto foi fortemente atacado pela Organização da Conferência Islâmica (OIC, na sigla em inglês). No ano seguinte, quando teve início o trabalho da Comissão, o Brasil emitiu uma declaração pública informando que não iria mais apresentar a resolução, pois não “havia consenso suficiente para sua aprovação”. Nos bastidores, os países islâmicos tinham ameaçado boicotar a Cúpula de Comércio entre os países latino-americanos e o mundo árabe, programada para o final do mesmo ano. Embora a OIC fosse o principal ator por trás dessas pressões, o Vaticano estava estreitamente aliado aos países islâmicos e fez esforços na mesma direção.

Agora, com a visita de Bento XVI ao país, uma vez mais a intrincada relação entre direitos humanos, sexualidade e comércio pode vir à tona. Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, a embaixadora do Brasil no Vaticano, Vera Machado, informou que o Itamaraty está atuando no sentido de produzir uma declaração conjunta entre Lula e Bento XVI, apelando para a retomada e conclusão das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) e pelo fim dos subsídios agrícolas adotados pela Europa e Estados Unidos. Mesmo que uma declaração nesses termos agradasse uma gama variada de setores da sociedade brasileira, não se deve perder de vista o risco de barganha que essa iniciativa diplomática conjunta pode implicar. Ou seja, o apoio do papa à pauta brasileira no campo do comércio internacional pode significar retrocesso na posição do governo brasileiro em relação a temas como aborto, direitos humanos de pessoas LGBT e união civil.

“Infelizmente, as questões econômicas sempre têm um peso muito grande em qualquer negociação diplomática, mesmo quando se trata de direitos humanos. Mas o Brasil tem reafirmado sua intenção de ajudar na renegociação da resolução sobre orientação sexual, trabalhando o tema, inclusive no Mercosul. Por sua vez, o presidente Lula se comprometeu a manter uma posição nos fóruns internacionais de defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero como direitos fundamentais da pessoa humana. É o que esperamos que aconteça”, avalia Beto de Jesus, secretário da Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA, na sigla em inglês) para a América Latina e Caribe. Em relação à OMC, o ativista acha cedo para saber se há algo por trás do encontro entre Lula e o papa.

O amor “forte” e o amor “fraco”

Na encíclica Deus Caritas Est (Deus é amor), lançada em dezembro de 2005, Bento XVI ressalta que o homem é incompleto e só será completo quando estiver em comunhão com o outro sexo. Sendo assim, o amor “certo” é aquele que se orienta em direção ao casamento e que está relacionado ao amor entre um homem e uma mulher, “em contraposição ao amor indeterminado e ainda em fase de procura [...] superando assim o caráter egoísta que antes prevalecia. À imagem do Deus monoteísta corresponde o casamento monógamo. O casamento baseado em um amor exclusivo e definitivo se transforma no ícone da relação de Deus”, afirma o papa, na primeira parte do texto.

Para o antropólogo Sérgio Carrara, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), a mensagem principal dessa primeira seção da encíclica é que o amor sexual só tem sentido, do ponto de vista católico, em um contexto de altruísmo. “Só se pode ter prazer para constituir uma outra vida que vai demandar cuidados, o sexo aparece aí como um ato de doação altruísta”, diz Carrara, que também coordena o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

A idéia desse amor altruísta e “forte” também fica clara no discurso de Bento XVI aos participantes da Assembléia Geral da Pontifícia Academia para a Vida, em fevereiro, no qual o papa faz um apelo à “consciência cristã” em favor do “direito à vida”. “É necessário percorrer um caminho que acompanhe as várias etapas da vida, abrindo a mente e o coração, a fim de que aceitem os deveres fundamentais sobre os quais está alicerçada a existência, tanto do indivíduo como da comunidade. Somente assim será possível levar os jovens a compreender os valores da vida, do amor, do matrimônio e da família. Só deste modo será possível levá-los a apreciar a beleza e a santidade do amor, a alegria e a responsabilidade de serem pais e colaboradores de Deus no ato de dar a vida”, afirmou Ratzinger.

O discurso de Bento XVI traduz a milenar doutrina católica, que considera a reprodução um dom divino e a sexualidade o meio para alcançar essa finalidade divina da reprodução. Além de fecundo, o “amor forte” é também o que garante aos filhos a possibilidade de crescer em uma família, que precisa ser indissolúvel, daí a razão de, em seu segundo documento, Sacramentum Caritatis (Sacramento do Amor), Ratzinger colocar-se contra o divórcio, afirmando que o “segundo casamento é uma praga”. Outra vez, o amor não-reprodutivo é retratado como “fraco” porque não procria, não frutifica em termos de novas vidas trazidas ao mundo. Assim, somente o amor heterossexual poderia ser considerado “forte”, enquanto o amor homossexual seria o “amor fraco”, hedonista e egoísta. Muitos acreditam que estes pressupostos são a essência da crítica da Igreja em relação à homossexualidade.

Paradoxos eclesiais

“É freqüente o comentário de que, após o pedido de perdão de hereges, cismáticos e cientistas outrora perseguidos e excomungados, a Igreja Católica não tem mais inimigos no mundo senão os homossexuais”, observa o filósofo italiano Gianni Vattimo em recente texto, no qual faz uma análise da idéia do “amor forte” e do “amor fraco”. Em contraste, a sexualidade que alimenta o vínculo conjugal entre homem e mulher é valorizada pela Igreja. Segundo Tommaso Besozzi, coordenador do Corsa, grupo de defesa dos direitos de homossexuais, de São Paulo, a questão é mais ampla, pois a crítica da Igreja à homossexualidade se inscreve dentro do discurso do catolicismo contra os excessos da era moderna. “A Igreja se sente ameaçada pela modernidade. Sua crítica é direcionada à busca pela satisfação

imediate dos desejos e impulsos humanos que caracterizaria a era moderna. A reprodução não é central para entender por que o Vaticano se posiciona contra os homossexuais. Historicamente, a procriação não tinha importância na igreja primitiva, porque para eles o mundo ia acabar e desaparecer rapidamente. Santo Agostinho pregava que para ser um bom cristão a pessoa não deveria fazer sexo”, aponta Besozzi que, nos últimos 20 anos, viveu na Itália, Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos e hoje discute temas de sexualidade, inclusive a homossexualidade, na paróquia da Igreja Anglicana que frequenta.

Para Sérgio Carrara, no momento atual, o grande tema é a condenação moral à homossexualidade feita pela Igreja. “A tese de que a crítica da Igreja Católica em relação à homossexualidade está ligada à procriação é cada vez menos sustentável dentro das próprias posições da Igreja, uma vez que, se levada ao pé da letra, a idéia de ‘amor fraco’ deveria repercutir sobre as relações heterossexuais inférteis, o que não acontece. Se a reprodução é a justificativa para o exercício da sexualidade, uma pessoa heterossexual estéril deveria ser abstinente, tanto quanto o homossexual. Mas até onde eu sei, a Igreja não condena a atividade sexual de heterossexuais estéreis”, observa. Ou seja, Carrara problematiza a idéia de que a condenação à homossexualidade decorra apenas da natureza não-reprodutiva da sexualidade. “O problema”, diz ele, “parece ser muito mais da ordem da homofobia e do heterossexismo do que do reprodutivismo”.

Beto de Jesus estende um pouco mais essa mesma avaliação crítica. “Quando diz que o amor entre pessoas do mesmo sexo é fraco e não vale, a Igreja está ajudando a articular o discurso do ódio e da violência contra os homossexuais. Essas exortações têm um nível de violência simbólica que pode se traduzir depois em violência homofóbica real”. Tommaso Besozzi concorda: “A questão central não é a procriação, e sim a homofobia, um preconceito que se arrasta há séculos”, diz.

Antes mesmo de Ratzinger tornar-se papa, pessoas LGBT de todo o mundo já lutavam contra a retórica conservadora e dogmática de seu antecessor. É importante lembrar, contudo, que durante o papado de João Paulo II, Ratzinger esteve à frente da Congregação para a Doutrina da Fé que, nesse período, o Vaticano lançou um catecismo de 676 páginas considerado o maior compêndio das diretrizes católicas já publicado desde o Concílio de Trento, de 1566. Na publicação, válida até os dias de hoje, um dos argumentos centrais é que, embora gays, lésbicas, travestis e transgêneros devam ser tratados com compaixão, estão obrigados à abstenção sexual.

Diferentemente das outras igrejas cristãs, em especial as pentecostais, a Igreja Católica não propõe a cura em relação ao desejo homossexual, mas acredita ser possível controlar o desejo sexual em geral e sustentar uma vida de abstinência. “Ela parece assumir uma posição muito mais naturalista, colocando-se contra a atividade sexual e não ao desejo. Parece que se abstém de pensar a natureza desse desejo, ou considera que ele que é algo da ordem do imutável. Pode-se evitar a homossexualidade, mas não se pode erradicar o desejo”, avalia Sérgio Carrara.

Para ele, ao propor a abstinência sexual como “saída” para a homossexualidade, a Igreja Católica é paradoxal. “A homossexualidade, desde que se mantenha como desejo, desde que não seja praticada, não é condenada pelo catolicismo. Essa posição é estranha em relação à própria tradição do catolicismo, uma vez que tradicionalmente a Igreja não considera apenas como pecado os atos, mas também certos pensamentos e os desejos. É o desejo que define a homossexualidade. Mas na ótica da Igreja, se você não pratica, mas continua desejando, você não peca, pois o desejo não é pecado por ser da ordem da natureza”.

O plano de Deus e as uniões homossexuais

Embora não chegue ao extremo, como outras igrejas cristãs, de considerar a homossexualidade um mal para o qual deveria haver uma redenção, um milagre ou uma cura, a Igreja Católica também não a considera algo aceitável. Carrara enfatiza a ambivalência desta posição. “É ambíguo. Você pode ser católico e comungar, contanto que seja abstinente. A impressão que tenho é que a Igreja vê a homossexualidade como uma doença, uma anomalia que não é tratável, um defeito congênito, cuja única possibilidade de salvação é o controle. Parece que, para eles, o homossexual é portador de uma natureza desviante que tem o dever de se manter abstinente para ser merecedor de compaixão”, critica Carrara.

“Os evangélicos falam em nome de um construtivismo moral. Eles situam a homossexualidade na esfera de algo que é apreendido, construído negativamente no interior de experiências traumáticas. Os católicos naturalizam a homossexualidade”, analisa o antropólogo Marcelo Natividade, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Porém, para Natividade, é preciso ponderar: “No catolicismo existem pessoas, movimentos e iniciativas que vão contrariamente aos ditames morais da Igreja. A pastoral da Aids, por exemplo, lida com questões da homossexualidade de forma mais aberta e flexível”.

Autora do livro *Sopa de Letrinhas*, em que reconstitui a trajetória do movimento homossexual no Brasil, a antropóloga e doutoranda da Unicamp Regina Facchini acredita que o recrudescimento da visão da Igreja contrária à homossexualidade tem a ver com os embates na disputa por fiéis e com o crescimento de religiões evangélicas. “A questão do controle da vida pessoal e da sexualidade das pessoas é algo fundamental para as religiões cristãs. Há uma disputa pelo mercado religioso, e nessa disputa a questão da sexualidade é um elemento fundamental. É lógico que existe uma discrepância entre o que se diz e o que se faz na prática, mas sempre há a obrigação de se dizer que é contra. Eles têm que se mostrar coerentes e dignos da adesão dos fiéis”.

Embora estejam em campos opostos pela disputa de fiéis, as retóricas de católicos e evangélicos se alinham abertamente quando se trata de temas como a união civil de pessoas do mesmo sexo. Ao se colocar contra a união civil, o argumento central da igreja diz respeito à proteção à família. “De alguma forma, os homossexuais são vistos como impuros que podem contaminar a sociedade. Os discursos religiosos que mais chamam a atenção são da ordem de acusações morais e da desqualificação das pessoas LGBT. Estas pessoas são tratadas como uma ameaça moral à família. O projeto de parceria civil nunca saiu do papel no Brasil porque os dogmas religiosos estão presentes. A gente percebe que os entraves são os valores religiosos”, aponta Marcelo Natividade.

Outro exemplo da convergência ideológica entre católicos e evangélicos são as reações fundamentalistas que têm ocorrido em relação ao projeto de lei de criminalização da homofobia (PLC 122/06), a ser votado no Senado brasileiro ainda este ano. Através de suas redes de televisão e rádio, grupos religiosos lançaram, às vésperas da visita do papa, uma campanha pela não aprovação da lei: por meio do envio de e-mails, os fiéis pedem aos parlamentares que digam não à sua aprovação. O projeto está sendo chamado pelos conservadores de “mordaza gay”, pois dizem tratar-se de uma lei para cercear a liberdade religiosa, que homofobia é uma coisa que não existe e que os casos são divulgados por um “complô” gay para obter visibilidade.

Biologismo e naturezas imutáveis

O documento Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais, publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé tendo ainda Ratzinger como chefe, afirma: “Nenhuma ideologia pode cancelar do espírito humano a certeza de que só existe matrimônio entre duas pessoas de sexo diferente [...] Assim se aperfeiçoam mutuamente para colaborar com Deus na geração e educação de novas vidas [...] Depois, o matrimônio é instituído pelo Criador como forma de vida em que se realiza aquela comunhão de pessoas que requer o exercício da faculdade sexual. Por fim, Deus quis dar à união do homem e da mulher uma participação especial na sua obra criadora. Por isso, abençoou o homem e a mulher com as palavras ‘Sede fecundos e multiplicai-vos’. Não existe nenhum fundamento para equiparar ou estabelecer analogias, mesmo remotas, entre as uniões homossexuais e o plano de Deus sobre o matrimônio e a família”.

O fato de que, para a Igreja Católica, a maternidade é sagrada e natural, acaba condenando a mulher homossexual a arcar com outro estigma, além daquele que deriva da homossexualidade. Segundo Rosângela Castro, do Grupo de Mulheres Felipa de Souza, do Rio de Janeiro: “As lésbicas muitas vezes deixam de procriar e de ser mantenedoras de famílias. Mas isto é uma questão de escolha, embora para a Igreja seja condenável. Qualquer mulher tem o direito de não procriar, independente da sua orientação sexual”, afirma. “Como é que a Igreja pode falar e pensar sobre família se seus componentes não formam família? É uma instituição incoerente”, critica Marisa Fernandes, membro do Conselho de Direitos Humanos do Estado de São Paulo e coordenadora do Coletivo de Feministas Lésbicas.

Sérgio Carrara concorda que a Igreja é incoerente: “Na visão católica, a homossexualidade é ruim porque não é reprodutiva. Mas existem os casais heterossexuais que não são reprodutivos. Ela é ruim porque é um amor egoísta. Mas existem vários casais homossexuais que desejam adotar filhos e constituir famílias. Embora esses casais apelem para valores que a Igreja preza, ela ainda os rejeita, fundada em uma espécie de razão ‘biológica’. Ao invés de estar preocupada com a propagação de seus valores, a Igreja simplesmente classifica aqueles que podem ascender a esses valores e aqueles que não podem. Por que o catolicismo faz tanta questão de se apoiar em laços biológicos e naturezas imutáveis para pensar a filiação e a parentalidade?”. Na sua visão, é como se a Igreja fechasse suas portas. “É paradoxal porque em vez de se abrir, ela se fecha e, ao invés de pensar no amor no ponto de vista abstrato, que une pessoas, o amor proposto pela Igreja só pode unir um homem e uma mulher, como se a anatomia determinasse os valores e sentimentos, o que é estranho em se tratando de uma religião que está preocupada com valores transcendentais. Ela deveria estar defendendo o amor entre pessoas e ponto, já que este é um elemento fundamental”, ressalta.

Carrara também chama a atenção para o fato que a Igreja desconsidera completamente e que tem se tornado cada vez mais evidente nas últimas décadas: que o amor homossexual é um amor que constrói laços sociais. Realizada nos últimos anos em paradas do Orgulho LGBT de grandes capitais, entre elas Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, a pesquisa Política, Direitos, Violência e Homossexualidade tem mostrado que os gays estão cada vez mais valorizando relações amorosas estáveis, derrubando o estereótipo da promiscuidade. Resultados obtidos na Parada do Orgulho do Rio de Janeiro, em 2004, dão conta de que um número significativo de participantes (25,7%) encontrava-se casado, 20,4% namorando e 14,2% afirmaram estar “ficando”. Embora 39,5% dos respondentes tenham se declarado solteiros e sozinhos, a maioria (46%) deles revelou envolvimento em relações amorosas estáveis, o que ajuda a relativizar a imagem hegemônica do homossexual sozinho e promíscuo. (Fonte: relatório da pesquisa Política, Direitos, Violência e Homossexualidade de 2004, CLAM/Cesec).

Sede abstinentes ou fiéis

Em relação às políticas de prevenção ao HIV/Aids também a Igreja Católica tem contestado fortemente as políticas vigentes de distribuição de preservativos, insistindo que ao invés da promoção do uso de preservativos, o Estado deveria promover a abstinência sexual e fidelidade conjugal. “Do ponto de vista médico e científico é uma insensatez. Do ponto de vista laico, é quase criminoso, principalmente quando se pensa na situação de vários países africanos”, observa Sérgio Carrara. “Em relação à Aids, a Igreja deveria ser processada por sustentar esse discurso contra o uso de preservativos. Ela deveria ter o papel de educar e orientar seus fiéis, e não de proibi-los de coisas”, aponta Keyla Simpson, presidente da Associação Nacional de Transgêneros (ANTRA), instituição que trabalha na promoção dos direitos de travestis e transexuais no Brasil.

Fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), o antropólogo Luiz Mott sublinha que “apesar de o presidente Lula ter defendido o uso da camisinha na luta contra a Aids e o ministro da Saúde ter-se posicionado a favor do aborto, infelizmente é extremamente conservadora e familista a ideologia dominante no governo brasileiro”.

Para Beto de Jesus, o discurso católico é anacrônico. “Se não usássemos preservativo como a Igreja prega, a incidência de Aids seria absurda. As pessoas continuam fazendo sexo por prazer, a Igreja proibindo ou não”, diz. Segundo ele, a Igreja deveria se debruçar sobre problemas internos, como a pedofilia e a violação de mulheres, por exemplo. “Existem homens castrados afetiva e sexualmente dentro da Igreja, porque a sexualidade não é discutida. A pedofilia na Igreja está ligada a uma maneira de encarar a sexualidade de forma enviesada”.

Em contraste, Tommaso Besozzi avalia que a proibição do uso de preservativos em tempo de Aids é coerente com a concepção da Igreja Católica quanto à morte: “O objetivo da religião é salvar almas, não corpos. Nesta perspectiva, morrer de Aids não importa, o que importa é se o indivíduo chegou em um patamar espiritual mais elevado. Do ponto de vista religioso, a morte é uma libertação dessa vida terrena. Para o Vaticano, se você não quer morrer de Aids, não faça sexo, ou se for casado, seja fiel. O problema é que as relações monogâmicas existem, mas não são a maioria. Então, essa posição da Igreja é intransigente”, analisa Besozzi.

Visita intencional

Apesar do recrudescimento das forças conservadoras no Brasil e no mundo, o cenário público brasileiro é muito favorável aos direitos humanos das pessoas LGBT. Pesquisas mostram que quase metade da população brasileira apóia a união civil entre duas pessoas do mesmo sexo, o país tem uma jurisprudência favorável aos direitos de pessoas LGBT. Paradas do Orgulho LGBT acontecem em todo o país e há um projeto de criminalização da homofobia a ser votado no Senado. Em relação às políticas de controle e de prevenção da Aids, a despeito da oposição do Vaticano e da política conservadora de George W. Bush, o governo federal continua a incentivar o uso do preservativo junto à população e a distribuir os anti-retrovirais gratuitamente na rede pública de saúde. Acredita-se, no entanto, que a visita de Bento XVI possa ter impactos negativos.

Para Luiz Mott, a vinda do papa ao Brasil “pode ser interpretada como uma tentativa de barrar os avanços dos direitos sexuais no ‘maior país católico do mundo’, já que a Igreja perdeu terreno legal nos tradicionais aliados, Itália, Espanha e Portugal. A visita de Ratzinger também coincide com a discussão no Senado do Projeto de Lei, já aprovado na Câmara, que criminaliza a homofobia, equiparando-a ao racismo. Apesar da acusação falsa dos fundamentalistas que se referem a esta lei elementar de direito cidadão como ‘mordaça gay’, tudo leva a

crer que será aprovada a criminalização da homofobia, sobretudo se o presidente Lula tiver a mesma coragem de apoiar este avanço democrático como defendeu o uso da camisinha”.

“Essa visita tem uma intencionalidade: refrear alguns avanços que a gente tem conseguido. Certamente isto vai estar pautado na reunião do Episcopado Latino-Americano e do Caribe que o papa vai participar. A presença de Bento XVI vai reforçar o discurso contra o projeto de criminalização da homofobia”, acredita Beto de Jesus. Para Marisa Fernandes, a visita de Bento XVI vai reacender o furor de fé nas pessoas e o conservadorismo vai se manter por um tempo. “O que a presença do papa vai mostrar é que o rebanho católico existe no Brasil, dito o maior país católico do mundo, o que prova que esta Igreja é legitimada e conta com milhares de fiéis. Mas quantos desses fiéis só fazem sexo para procriar ou não fazem sexo? Nenhum deles. Então, a meu ver, ela não existe enquanto instituição espiritual. É uma instituição de poder político de Estado e de dinheiro”, questiona. Para o sociólogo Flávio Pierucci, da Universidade de São Paulo (USP) “a Igreja quer recuperar uma esfera de poder que perdeu quando a esfera sexual deixou de ser a esfera do pecado”.